

TERRORISMO / Após 17 dias, policiais federais e civis prenderam quatro acusados de envolvimento na baderna ocorrida em 12 de dezembro. Alvos da operação teriam ligação com os suspeitos da tentativa de atentado a bomba

Redes sociais/ reprodução



Redes sociais



Redes sociais



Reprodução Instagram



Foram capturados na operação a publicitária Klio Hirano, que costuma postar fotos ao lado do presidente Jair Bolsonaro, Samuel Barbosa Cavalcante, Joel Pires Santana e Átila Reginaldo Franco de Melo

Vândalos atrás das grades

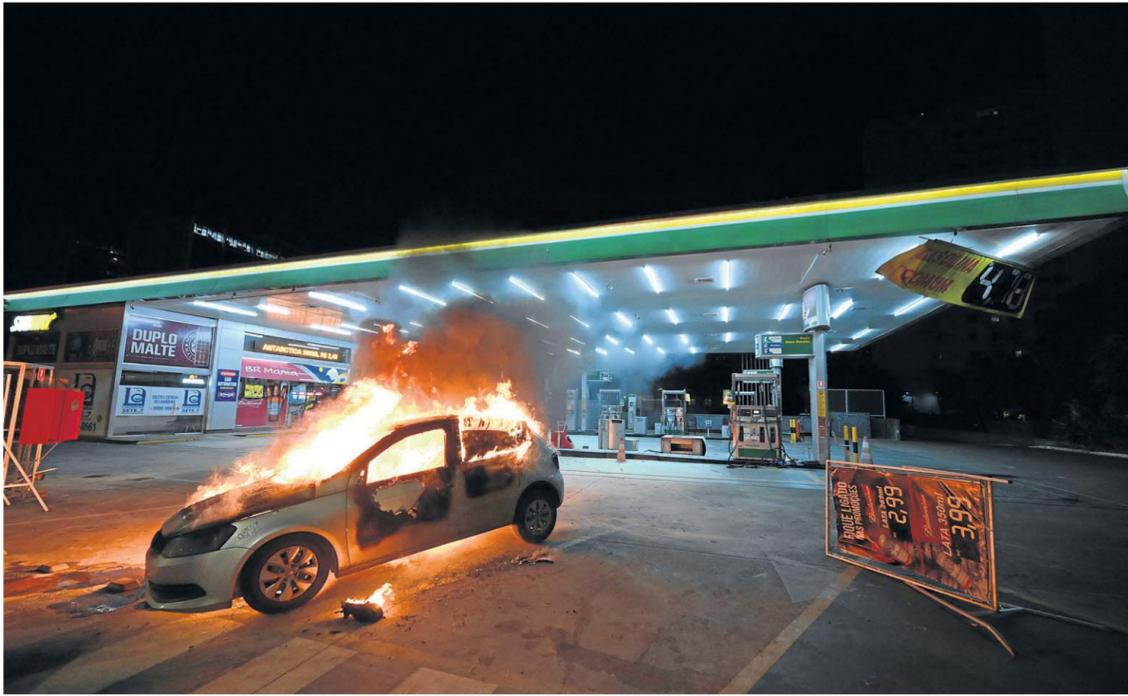
» DARCIANNE DIOGO
» RAFAELA MARTINS

Na noite de 12 de dezembro, vândalos bolsonaristas deixaram um rastro de terror na capital. Ônibus e carros foram incendiados, prédios e até a estrutura da 5ª Delegacia de Polícia (área central) foram depredados. Na ocasião, ninguém foi preso ou identificado. Em uma operação conjunta, a Polícia Federal (PF) e a Polícia Civil do DF (PCDF) cumpriram, ontem, 32 ordens judiciais expedidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contra os suspeitos. Quatro pessoas apoiadoras do presidente Bolsonaro foram presas — sendo dois candidatos a cargos públicos e os outros pastores.

O quebra-quebra ocorreu na data em que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o vice, Geraldo Alckmin (PSB), foram diplomados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Mas foi a prisão do bolsonarista e indígena José Acácio Serere Xavante, conhecido como cacique Tsereré, 42 anos, determinada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suscitou a baderna. Tsereré esteve à frente de atos antidemocráticos promovidos no Aeroporto Internacional de Brasília e em shoppings do DF. Inconformados com a prisão, os extremistas partiram para o ataque e tentaram invadir a sede da PF.

Ao longo de 17 dias, policiais federais e policiais civis do Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (Decor) intensificaram os esforços para chegar aos responsáveis pela selvageria. Foram colhidas imagens de câmeras de segurança e ouvidas testemunhas. “É uma resposta do Estado a essas pessoas que, por ventura, estão fugindo dos seus limites de manifestação ideológica. A PF e a PCDF não irão se furtrar das suas atribuições e dos compromissos de defesa da sociedade”, ressaltou o delegado-geral da Polícia Civil, Robson Cândido da Silva, em coletiva de imprensa

EVARISTO SA / AFP



Veículos foram incendiados por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro durante os atos de selvageria ocorridos em 12 de dezembro

promovida ontem no auditório da Superintendência da PF.

Envolvidos

Ao menos 40 pessoas foram responsáveis por participar dos atos de vandalismo em 12 de dezembro, segundo informou a polícia. Os mandados judiciais foram cumpridos no DF e nos estados de Rondônia, Pará, Mato Grosso, Tocantins, Ceará, São Paulo e Rio de Janeiro. Entre as quatro pessoas detidas está Klio Hirano, que se candidatou a prefeita da cidade de Tupã (SP), em 2020.

Klio Hirano faz parte do grupo que está acampado em frente ao Quartel-General do Exército (QG). A publicitária bolsonarista usava as redes sociais para publicar fotos e vídeos do movimento. No Instagram, Klio fazia questão de postar vários registros ao lado do presidente Jair Bolsonaro (PL), feitos a partir de 2018.

Em 2020, ela se candidatou pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) ao cargo de prefeita da cidade de Tupã. O **Correio** apurou que a publicitária foi presa pela PCDF na noite de quarta-feira em frente ao Palácio da Alvorada, no momento em que apoiadores do presidente promoviam uma manifestação.

Samuel Barbosa Cavalcante, 43, que foi candidato a deputado estadual por Rondônia, também foi detido durante a operação. Ele teria comprado e fornecido combustível no dia dos ataques. O terceiro preso é Joel Pires Santana, 40, natural de Cacoal (RO). O pastor evangélico foi pego em Rondônia. Por último, o pastor Átila Reginaldo Franco de Melo, 41, foi capturado no bairro de São Gonçalo, no Rio de Janeiro. Pelas redes sociais, a esposa dele gravou um vídeo cobrando o atual presidente: “Cadê você, Bolsonaro?”. Outras sete pessoas continuam foragidas.

O coordenador-geral de Repressão a Crimes Fazendários da PF, Cléo Matusiak Mazzotti, afirmou que a Polícia Federal identificou indivíduos e individualizou condutas e questões em meio a um tumulto. “Não é simples, não é fácil, mas foi realizado como prioridade. As buscas e apreensões estão sendo todas cumpridas, já obtivemos êxito na prisão de quatro indivíduos e as buscas continuam, que certamente serão alcançadas e entregues ao poder judiciário, em cima de atos criminosos que ocorreram em 12 de dezembro”, frisou.

O futuro ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB-MA), usou o Twitter para falar sobre a operação. “As ações em curso visam garantir o Estado de Direito, na dimensão fundamental da proteção à vida e ao patrimônio. Motivos políticos não legitimam incêndios criminosos, ataques à sede da Polícia Federal, depredações, bombas.

Liberdade de expressão não abrange terrorismo”, tuitou.

Os crimes objetos da apuração são de dano qualificado, incêndio criminoso, associação criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado, cujas penas máximas somam 34 anos de prisão.

Atentado a bomba

Diretor do Decor/PCDF Leonardo de Castro Cardoso afirma que há ligação entre os alvos da operação Nero com os suspeitos acusados de armar uma bomba perto do Aeroporto Internacional de Brasília, em 24 de dezembro, que resultou na prisão de Washington de Oliveira Sousa, 54, e na identificação de Diego Rodrigues, considerado foragido.

O artefato explosivo estava apoiado em um caminhão-tanque abastecido com 63 mil litros de querosene de aviação. Na casa de George, policiais da 10ª DP (Lago

Sul) encontraram um fuzil, pistolas, revólveres, artefatos, mais de 2 mil munições e armas brancas. “Houve a troca de informações o tempo todo entre a PF e a PCDF, e alguns alvos convergiam. Os dois inquiridos foram declinados para o STF (bomba no aeroporto e atos de vandalismo) e, a partir de ontem, alguns alvos começaram a ser presos. As investigações continuam”, declarou Leonardo.

Apesar de não revelar quem são os alvos em comum — pois as investigações sobre a bomba seguem em sigilo decretado judicialmente —, a PCDF acrescentou que os criminosos têm ligação com a manifestação ocorrida no QG do Exército.

“As pessoas que participaram daquele movimento, que acabou em atos de vandalismo, eram pessoas que, de alguma forma, frequentavam o movimento que está instalado no QG”, falou o delegado. Os vândalos do dia 12 estão sendo investigados por cometer crimes contra o patrimônio privado e público do DF, lesão corporal, tentativa de homicídio e incêndios.

Nos últimos cinco dias, o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (Bope/PMDF) recebeu cinco chamados para suspeitas de bombas no DF. Além do artefato no aeroporto, foram encontrados 40kg de explosivos em uma área de mata no Gama). Houve, ainda, três denúncias infundadas sobre bombas. Uma delas foi no Setor Hoteleiro Norte e a outra nas proximidades do aeroporto.

A última ocorreu ontem, na quadra 302 do Sudoeste. O local foi isolado, o prédio e as lojas evacuados por mais de três horas. Segundo o tenente Luiz Gustavo Hardman, uma policial se deparou com o suspeito e o abordou. Ao ser questionado sobre a mala, o homem alegou que deixou o objeto de “forma inocente”, pois daria uma aula em uma academia com clientela de alto poder aquisitivo e estava com vergonha de levá-lo. “Ele disse que está com viagem marcada ao Rio de Janeiro, o que foi confirmado pela nossa equipe. Na mala, havia, ainda, uma pequena porção de maconha. O homem foi conduzido à delegacia para prestar depoimento e depois liberado”, finalizou.

Bolsonaristas expulsam DF Legal

» ANA MARIA POL
» MILA FERREIRA
» NAUM GILÓ
» PABLO GIOVANNI*

A quinta-feira foi marcada por mais um ato de desrespeito às instituições por parte de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, acampados em frente ao Quartel-General do Exército (QG), no Setor Militar Urbano (SMU). Agentes do DF Legal foram expulsos pelos bolsonaristas quando chegaram ao local, pela manhã, escoltados pela Polícia Militar para a retirada das barracas vazias do acampamento, instalado há quase dois meses. A situação foi agravada em razão de uma divergência entre Exército e PMDF sobre qual das duas corporações deveria cuidar da segurança dos agentes do DF Legal.

Cerca de 60 apoiadores de Bolsonaro, derrotado no

segundo turno das eleições, em 30 de outubro, gritaram para os servidores expressões como “sai fora”, “aqui é área militar” e “vai embora.” Militares do Exército apenas acompanharam o protesto.

A poucos dias da posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF) está em diálogo com o Exército para acelerar a desmobilização do acampamento, segundo declaração do governador Ibaneis Rocha (MDB), após reunião entre ele e os futuros ministros de Lula, na última terça-feira. Segundo o mandatário, a expectativa é de que os autores de atos antidemocráticos desocupem a área, voluntariamente, antes da posse do presidente eleito.

O secretário da Casa Civil do DF, Gustavo Rocha, confirmou ao **Correio** que havia uma ação

Ed Alves/CB/DA Press



Acampados circulam pelo Setor Militar Urbano (SMU) gritando “supremo é o povo, daqui eu não me movo”

manhã de ontem, o Comando Militar do Planalto (CMP) prosseguiu com os trabalhos para a retirada de estruturas em desuso no acampamento de manifestantes no Setor Militar Urbano (SMU). O texto também apontou que a atividade foi conduzida em coordenação com os órgãos do GDF, mas foi suspensa no intuito de manter a ordem e a segurança de todos os envolvidos.

Em um vídeo gravado após a expulsão dos agentes do DF Legal, é possível ver os acampados agradecendo a militares do Exército, com palavras como “valeu” e “obrigado”. O **Correio** apurou que a operação, na realidade, estava marcada para 7 de dezembro, mas foi remarçada para ontem.

*Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso

do DF Legal para verificar os movimentos ambulantes e as estruturas indevidamente instaladas e que, em determinado momento, o Exército decidiu suspender uma medida mais incisiva na região.

O secretário explicou, ainda, que o governo do DF trabalha

por demanda do Exército Brasileiro. “É uma área militar sob jurisdição da operação deles. Tanto que é a Polícia Militar que faz o controle de ordem pública lá dentro. E nós trabalhamos nessas operações como sempre fizemos, recebendo apoio da Polícia Militar, do Corpo de

Bombeiros Militar, do Detran”, garantiu. Apesar da expulsão dos agentes do DF Legal, Gustavo Rocha reiterou que os militares continuaram fazendo a desocupação do local.

O Centro de Comunicação Social do Exército informou, por meio de nota, que, na